



ACÓRDÃO Nº2134/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11804/2016.

Apensos: Processo nº 10053/2017 e 10982/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretária de Estado de Saúde do Amazonas – SES.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: José Arnaldo Lima Grijó, Wilson Duarte Alecrim, Pedro Elias de Souza, José Duarte dos Santos Filho.

6- Advogado: Katiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225, Fabricio Jacob Acris de Carvalho - OAB/AM 9145, Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Bianca Priscilla Anjos de Souza - OAB/AM 13526, Karine Souza Flores - OAB/AM 13491 e Viviane da Silva Gesta - OAB/AM 11827.

7- Unidade Técnica: DICAD e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6500/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES do Exercício de 2015.

Reconhecimento da prescrição.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Reconhecer a prescrição Punitiva/Ressarcitória**, nos termos do projeto de Lei Complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022 – TCU e da Emenda Constitucional nº 132, sem julgamento do mérito, uma vez que o processo não está maduro para julgamento, uma vez que da leitura do processo em epígrafe observo que existe um claro e evidente vício nas notificações enviadas, nos termos do parágrafo 2º, do art. 20 da Lei 2423/96, visto que não foi enviado aos referidos gestores nenhuma notificação concedendo-lhes oportunidade de recolhimento do valor glosado para que os mesmos pudessem pleitear a regularidades de suas contas.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº2134/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral